

Patrícia Chame Dias

Pedagoga, Psicóloga, Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia e técnica da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
pchddias@yahoo.com.br

Da periferia distante à periferia próxima: notas sobre a construção de um bairro popular na Região Metropolitana de Salvador

Resumo

Em meados dos anos 1960, Itinga - em Lauro de Freitas, município da Região Metropolitana de Salvador - era considerada uma área distante, caracterizada pela presença de grandes fazendas abandonadas, sendo, portanto, uma terra que não despertava interesse comercial. Nesta mesma década, dentre as conseqüências da inserção da Bahia no projeto de industrialização nacional, ocorreram alterações na estrutura sócio-espacial de Salvador que expandia sua ocupação e lógica para municípios contíguos, como Lauro de Freitas. Itinga, então, na condição de periferia de Salvador, passou a ser objeto interessante ao mercado imobiliário: no seu território foram implantados, rapidamente, inúmeros loteamentos populares, sem qualquer infra-estrutura, apresentando precárias condições de vida. Em 2005, Itinga, consolidada como bairro popular, contava com inúmeros loteamentos populares, estabelecimentos comerciais e de serviços públicos e privados. As condições de vida mudaram e, como dizem seus moradores, o "progresso" do bairro é visível. Porém, Itinga ainda é periferia, tanto de Salvador, como de Lauro de Freitas. Nesse sentido, este artigo pretende discutir algumas das implicações de morar na periferia, para tanto se analisam as condições de moradia em Itinga, no início de sua "urbanização" e atualmente, comparando-as com as existentes em outros bairros de Lauro de Freitas.

Palavras-chave: Itinga; agentes imobiliários; periferia; loteamentos populares.

Abstract

In the middle of the 1960s, Itinga — located in Lauro of Freitas, municipality of the Metropolitan Area of Salvador — was considered a distant area and characterized by the presence of great abandoned farms, therefore, being a land

that attract no commercial interests. On that same decade, among the consequences of the insertion of Bahia State in the national project of industrialization, it happened some alterations in the social-spatial structure of Salvador that expanded its kind of logic and spatial occupation to contiguous municipalities, like Lauro de Freitas. So, Itinga, under the condition of peripheral district of Salvador, started to be an interesting object to the real estate market: in its territory it was quickly established countless popular divisions into lots, without any infrastructure and presenting precarious life conditions. In 2005, Itinga, consolidated as popular neighborhood, counted with countless popular divisions into lots, commercial establishments and public and private services. The life conditions changed and, as their residents use to say, the "progress" of the neighborhood is visible. However, Itinga is still periphery of Salvador and, at the same time, periphery of Lauro de Freitas. In that sense, this article intends to discuss some of the consequences of living in the periphery, for so much, it analyzes the living conditions of Itinga at the beginning of its "urbanization" and nowadays, and it compares such conditions with the existent ones, in other neighborhoods of Lauro de Freitas.

Key words: Itinga; real estate agents; periphery; popular divisions into lots.

1. Introdução

A estruturação do espaço urbano representa o tipo de sociedade que a construiu, as relações sociais, as lógicas políticas e econômicas, as ideologias predominantes num dado contexto. Longe de ser um processo aleatório, a distribuição das moradias na cidade é conseqüência da tensão entre as forças dos diferentes agentes sociais na disputa pelas melhores localizações. Como no capitalismo as "condições de partida" de cada uma das classes sociais são distintas, a tendência é de que os grupos dominantes - social, econômica e politicamente - comandem a apropriação das vantagens e recursos da cidade, guardando para si as áreas que lhes pareçam mais vantajosas. Aos mais pobres cabe, no mais das vezes, estabelecerem-se nas áreas que lhes são reservadas ou nas "brechas"¹ dos locais ocupados ou destinados a serem ocupados pelas elites.

Fundamentalmente, a desigualdade social típica do capitalismo se expressa também na localização diferenciada das moradias de cada uma das classes sociais e, normalmente, os integrantes das classes de baixa renda são impelidos a residir em locais mais afastados das áreas centrais e com dificuldade de acesso às mesmas, com menor infra-estrutura, e

mais desvalorizados pelo mercado imobiliário. Como bem dito por Santos (2002), os mais pobres são continuamente empurrados para a periferia das grandes cidades, estando “condenados” a não dispor de serviços, a arcar com elevados custos de deslocamento, a não ter respeitado seus direitos de cidadão.

A compreensão do processo de adensamento do município de Lauro de Freitas passa por essas reflexões. Situado na Região Metropolitana de Salvador (RMS), entre a capital, Simões Filho, Camaçari e o Oceano Atlântico, esse município foi emancipado em 1962 tendo menos de 10 mil moradores que vivem, predominantemente, da produção agrícola. Sua criação ocorreu no bojo de uma série de transformações socioeconômicas e espaciais experimentadas por essa região, decorrentes da inserção da Bahia no projeto de industrialização nacional. Associado a esse processo, a partir da década dos 70, verificou-se em Lauro de Freitas uma intensa ocupação e reestruturação espacial, sobretudo no bairro de Itinga (Ver Figuras 1 e 2).

Caracterizada, na década dos 60, como área rural, Itinga era constituída principalmente por fazendas, muitas das quais abandonadas, pertencentes a pessoas de pequeno poder aquisitivo. Era uma área considerada longínqua e de difícil acesso em relação ao centro de Salvador. No entanto, em função das modificações estruturais experimentadas na RMS associadas à instalação da Refinaria Landolfo Alves, RLAM (em 1955, em São Francisco do Conde), do Centro Industrial de Aratu, CIA (inaugurado em 1962, no município de Simões Filho), e do Complexo Petroquímico de Camaçari, COPEC (construído e inaugurado nos anos 70 em Camaçari), Itinga, área longínqua e sem valor comercial, passou a ser um espaço interessante para o mercado imobiliário, situação em parte decorrente de sua localização - tratava-se da primeira área no vetor norte de expansão de Salvador fora dos seus limites territoriais, situada próxima ao final da avenida Paralela; entre a Estrada do Coco (BA-099) e a rodovia CIA-Aeroporto (BA-526)².

Figura 1

LIMITES POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS DE LAURO DE FREITAS

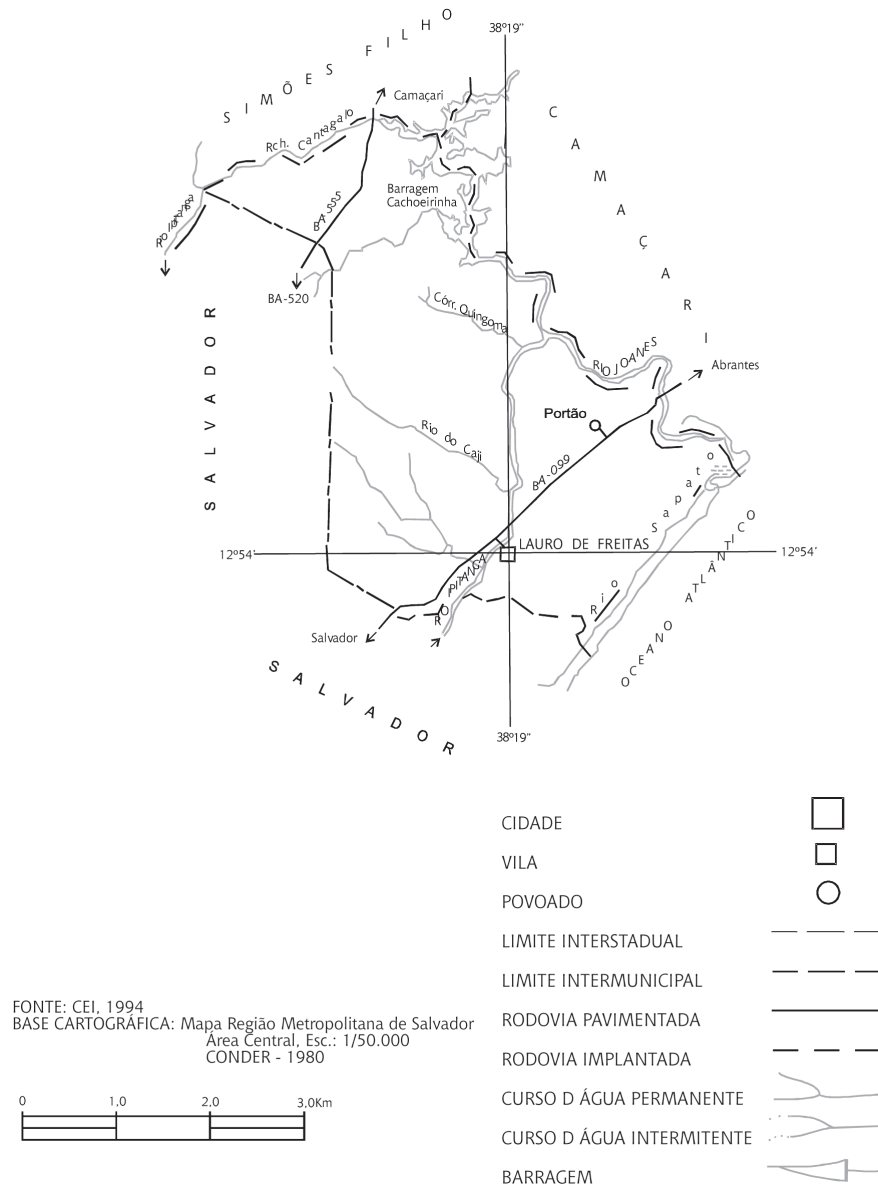
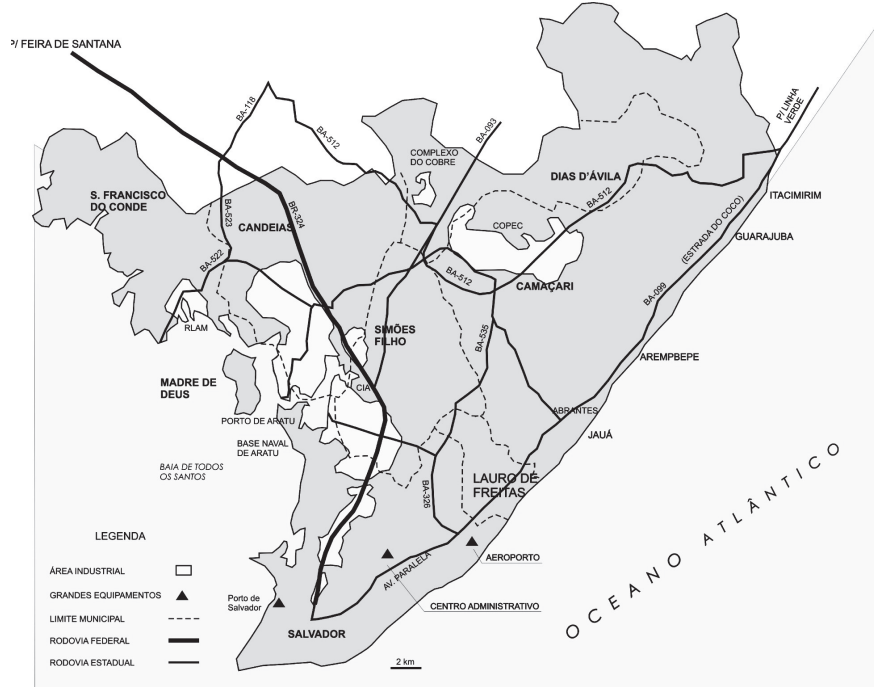


Figura 2

LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS VIAS DE CIRCULAÇÃO E DOS PRINCIPAIS PÓLOS INDUSTRIAIS DA RMS



Fonte: Centro de Estatística e Informações;
Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, 1994.

Ademais, é contígua a um denso bairro popular de Salvador, São Cristóvão, e ao aeroporto, onde já existiam linhas de transporte coletivo. Suas características estruturais, associadas a esses aspectos locacionais, se mostraram atrativas ao mercado imobiliário; nesse bairro foram implantados 70% dos loteamentos populares de Lauro de Freitas e 40% dos de Salvador e entorno entre 1950-1980.

Itinga é o objeto central deste trabalho. Sabendo-se que esse tipo de empreendimento é voltado para pessoas de baixo poder aquisitivo, e entendendo-se que essa área foi reservada para esse segmento social, o propósito deste texto é discutir algumas das implicações de morar na periferia. Para tanto se analisam as condições de moradia de Itinga no

começo da sua “urbanização”, bem como atualmente, comparando-as com as existentes em outros bairros de Lauro de Freitas. Para realizar esse intento, além de levantamento bibliográfico e documental, realizou-se um trabalho de campo que incluiu observações e entrevistas domiciliares³.

2. A “urbanização” induzida da periferia distante

Para valorizar a terra, uma estratégia interessante é converter áreas de uso rural em de uso urbano. Para tanto, não é preciso, necessariamente, alterar sua estrutura ou forma, basta mudar (ainda que só ideologicamente) sua função. Um exemplo dessa situação é a implantação de loteamentos. Como bem dito por Santos (1961), esse empreendimento constitui-se numa atividade puramente especulativa “[...] basta o anúncio da criação fantástica do novo ‘bairro’ ou ‘cidade-jardim’ para multiplicar muitas vezes o valor dos terrenos” (SANTOS, 1961, p. 30). A terra de uso rural na periferia de uma grande cidade torna-se, portanto, particularmente interessante dada sua (ao menos relativa) proximidade das áreas centrais, suas atividades, infra-estrutura e mercado de trabalho, bem como por ter um custo menor e por poder ser adquirida em hectare para, posteriormente, ser vendida em metros quadrados, o que em si já aumenta seu valor. Tais aspectos, combinados a uma efetiva demanda, tornam-na potencialmente urbanizável e cobiçada pelo mercado imobiliário.

Observe-se que nem toda terra nessas condições é passível de ser “urbanizada”. É fundamental a existência de um sistema viário que faça a ligação desses locais mais longínquos com o centro. Villaça (2001) argumentou que, nas metrópoles brasileiras, a periferia longínqua surgiu “[...] como área residencial típica da classe dominada. Como eram muito penosos para as camadas de baixa renda, os deslocamentos foram cuidadosamente priorizados, e o mais importante deles era o deslocamento para o trabalho” (VILLACA, 2001, p. 233). No mesmo sentido, Caldeira (2003) considerou que para a Região Metropolitana de São Paulo - à semelhança do que se verifica em outros contextos - a expansão das linhas de ônibus possibilitou aos especuladores imobiliários venderem lotes “no meio do mato”. Acrescentou que por inexistir um planejamento

governamental para a ocupação dessas áreas, tais especuladores adotavam como estratégia deixar áreas vazias entre outras ocupadas de modo que, ao serem colocadas à venda, após o local ter adquirido alguma densidade e infra-estrutura, seus preços seriam bem mais altos.

À época da emancipação de Lauro de Freitas, o contexto era de intensa alteração, associada à inserção da Bahia - que até então tinha uma economia baseada na agricultura voltada à exportação - no processo de divisão regional do trabalho, “ingressando” na era da industrialização - ainda que em posição subsidiária em relação a outros estados, principalmente os do Sudeste. Decorrente da combinação dos interesses das elites locais, de uma intensa política pública de incentivos fiscais e das necessidades de expansão do capitalismo nacional, tal situação, marcada, sobretudo, pela instalação da RLAM, do CIA e do COPEC, produziu novas dinâmicas, inclusive de distribuição da população metropolitana. Isso se verificou tanto pela chegada de migrantes de outras localidades baianas e de outros estados - atraídos pela perspectiva de empregos -, como pelo deslocamento de pessoas entre os municípios da metrópole, parte delas tangidas de seus antigos locais de moradia por conta da instalação dos “modernos” complexos industriais. É oportuno verificar que as referidas indústrias foram erguidas em áreas onde se praticava a agropecuária, ou seja, a função desses espaços foi redefinida radicalmente. Com isso, os antigos moradores, cuja vida era calcada no mundo rural, não tinham mais, literalmente, espaço para viver e produzir; então, a migração para locais próximos foi uma estratégia comum.

Quanto a Salvador, foi preparada pelo Governo Estadual e pelo mercado para receber as novas estruturas implantadas em sua região. Foi “modernizada” com a abertura de avenidas de vale, com a implantação de loteamentos para a classe média na orla oceânica, de conjuntos habitacionais em sua área central (conhecida como Miolo), e de loteamentos populares em sua periferia, processos que, de forma direta ou indireta, colaboraram para que os pobres fossem deslocados das partes centrais (e valorizadas) da capital. Brito (2005) observou também que, por sua vez, a própria população pobre, dadas suas restritas possibilidades de escolha “[...] buscava as localidades periféricas [à Área Central da capital] e mal localizadas, contribuindo para estimular a fixação e o desenvolvimento de núcleos de urbanização precários e periféricos” (BRITO, 2005, p. 56). Fundamentalmente, Salvador expandia a ocupação do seu ter-

ritório, sobretudo conduzindo as pessoas de menor renda para locais mais distantes. Associado a esse processo expandia também, de modo cada vez mais intenso, sua lógica e influência para municípios contíguos.

Lauro de Freitas foi rapidamente incorporado a essa lógica, com Itinga - com terras baratas de origem rural, acessibilidade em relação à capital e às áreas industrializadas e proximidade a uma área já urbanizada de fato - sendo produzida para ser local de moradia de pessoas com baixos níveis de renda. É necessário ressaltar que, conforme Caldeira (2003), desde os anos 1970, se instalou uma nova lógica de separação entre as classes sociais, sendo que aos pobres foram reservadas as localidades periféricas - periferização esta entendida como distância do centro e a condições precárias de moradia. Assim, a escolha desse local para receber esse segmento social não se fez ao acaso, mas seguindo uma tendência generalizada de afastamento dos pobres das áreas centrais das grandes cidades brasileiras: seja pelo custo da moradia, seja por políticas de habitação ou de re-ordenamento dos usos do solo (ou pela combinação dessas três situações), as camadas populares foram progressivamente empurradas para locais cada vez mais afastados, para “o lado de lá da cidade”, forçadas a residir longe do centro e dos seus locais de trabalho, implicando maiores gastos financeiros e tempos de deslocamentos (VILLACA, 2001). Obviamente, ao colocar os pobres em áreas mais distantes desenhava-se uma forma de separação dos locais de moradia das distintas classes sociais, com os pobres sendo afastados dos locais mais valorizados, segregados das possibilidades que a centralidade possui.

Cabe acrescentar que essas pessoas e locais passam a ser estigmatizados, pois morar na periferia significa estar fora do centro, adquirir o *status* da pobreza, da inacessibilidade, da precariedade. A segregação, desse modo, repercute também no significado simbólico que o indivíduo tem frente aos demais membros da sociedade. Como pontuado por Santos (2002), o homem tem um valor associado ao lugar que está.

Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade [...] Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem: as oportunidades não são as mesmas (SANTOS, 2002, p. 81).

A ideologia predominante e as condições estruturais de Itinga, portanto, fizeram com que os agentes imobiliários, que vinham espalhando loteamentos

populares em várias partes de Salvador e de seu entorno, privilegiassem aquele bairro, onde 41 empreendimentos desse tipo foram instalados entre 1966 e 1980⁴. Atuaram em Itinga, principalmente, imobiliárias de pequeno porte ou indivíduos que se diziam corretores, agentes dotados de reduzida capacidade técnica e de investimento (e que por isso em muito utilizaram a estratégia da incorporação⁵); efetivamente, tais agentes não apresentavam possibilidade de entregar os loteamentos em condições adequadas de ocupação.

Com relação ao poder público municipal, na expectativa de adensar e consolidar o município então recém-criado e sem nenhuma dinâmica socioeconômica significativa, ou infra-estrutura adequada, estabeleceu exigências bem mais tênues do que as existentes em Salvador para a implantação dos loteamentos. A análise do Termo de Acordo e Compromisso (TAC) padrão de Lauro de Freitas revelou que caberia ao empreendedor abrir ruas (colocando cascalho nas mesmas), demarcar os lotes, instalar postes para a futura ligação com a rede pública, caixas coletoras de águas pluviais e reservar áreas para uso comum. Mas, como não ocorreu uma fiscalização adequada ou sanção para aqueles que não cumpriam as normas (ao menos foram raros os casos em que se encontrou registro disso), a maior parte dos loteamentos foi comercializada sem que, de fato, tais normas fossem atendidas. Agindo sem maior pressão por parte do Estado e atendendo a uma clientela que não sabia exatamente seus direitos e/ou que não tinha elaborado uma estratégia de pressão junto ao poder público, foi possível a esses empreendedores cumprirem o papel de ampliação da área urbana e valorização dos terrenos da periferia, ainda que, de fato, as características do local tivessem sido pouco alteradas.

As condições de vida na Itinga das décadas dos 60 e 70, como demonstram as Fotos 1 e 2 (note-se que os loteamentos em destaque foram comercializados no começo dos anos 70), os documentos e o relato dos antigos moradores, eram extremamente precárias. Poucos foram os loteamentos em que efetivamente as ruas foram abertas e os lotes demarcados antes de serem comercializados. Não havia iluminação pública, nem saneamento básico, tampouco rede coletora de águas pluviais. Muito menos havia comércio ou serviços adequados, nem transporte coletivo (havia uma Kombi particular que fazia esse serviço de forma precária e irregular), e apenas uma escola de 1^a à 4^a série.

Foto 1

VISTA PANORÂMICA DO LOTEAMENTO VILA DO ALMEIDA EM SETEMBRO/OUTUBRO DE 1980



Fonte: Fundação Centro de Estudos e Pesquisas, 1980.

Na fala dos moradores que chegaram a Itinga até, aproximadamente, 1975, uma frase foi bastante repetida: “aqui era tudo mato”. Essa era a impressão inicial: em Itinga não havia nada. Outra idéia recorrente é a de que o local se parecia com uma cidade do interior. Naquela época, era comum que as pessoas se defrontassem, na “rua” ou em sua casa, com cobras, jacarés, pássaros e vários tipos de macacos; tomassem banho nos rios que, ainda não poluídos, corriam no local, e bebessem água da fonte. Conforme um morador, “quando cheguei aqui, só vinha morar quem tinha coragem” (O., 57 anos); outros disseram que “não tinha água, nem poste [...] a gente cavava o chão e a água minava. Luz era de candeeiro ou de fifó” (R., 61 anos), “a gente caminhava até o aeroporto, tudo junto (sic) pra pegar o transporte, [...] a gente saía de madrugada” (A., 51 anos). Como a pavimentação era quase que restrita às avenidas centrais de Itinga, era comum que as pessoas se reunissem e abrissem picadas na mata para chegar até os pontos de transporte coletivo, no terminal localizado no aeroporto ou em São Cristóvão.

Foto 2

LOTEAMENTO SAYONARA EM SETEMBRO/OUTUBRO DE 1980



Fonte: Fundação Centro de Estudos e Pesquisas, 1980.

Ainda que as condições de vida fossem inadequadas, o lote era caro para os adquirentes, contudo era mais acessível do que em loteamentos do tipo situados em outros locais da metrópole. Pesquisas realizadas na época ajudam a compreender o perfil dessas pessoas. Mais da metade delas, 77%, recebia até três salários mínimos, destas, 38% auferiam no máximo um salário mínimo; pode-se afirmar também que eram pouco escolarizados (88% cursaram até a 4ª série) e se ocupavam, sobretudo, em atividades de prestação de serviços (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1981). Conforme um entrevistado “era gente simples, pessoas que lutou muito (sic) para ter uma casa. Geralmente eram pedreiros, eletricitas, pintores [...]” (J., 53 anos). Os relatos dão conta também de que só era possível adquirir o terreno porque ele poderia ser pago em até 60 prestações. Assim que era iniciado o pagamento, o comprador erguia o seu “barraco” e se mudava com a família para o local. Disse uma senhora que reside há 28 anos em Itinga: “no começo era tudo mato, não tinha casa nenhuma

[...]. Foi horrível, foi uma luta, a gente fez casa de sopapo. Depois, bem depois, construí de bloco” (L., 51 anos).

Era uma vida diferente e distante de onde a maioria migrou - das áreas centrais de Salvador - mas a possibilidade de aquisição do imóvel próprio, mesmo que construído precariamente, em locais onde as condições de vida eram penosas, compensava, pois, esperava-se que as dificuldades não permaneceriam por muito tempo.

Evidenciou-se que para atender à demanda por habitação dos segmentos sociais de menor renda e aproveitando-se da ideologia do sonho da casa própria, os agentes do mercado imobiliário utilizaram como estratégia de venda a supervalorização das vantagens locacionais e o preço/ a forma de pagamento do lote, minimizando as desvantagens estruturais do local e os problemas delas decorrentes. Notou-se pelas entrevistas que os compradores entendiam que enfrentar tais problemas era o único modo de conseguirem “[...] morar no que é meu” (M., 60 anos).

O setor imobiliário, igualmente, foi beneficiado pela abertura, melhoria e ampliação do sistema viário metropolitano, que “aproximou” Itinga de outras localidades, principalmente de Salvador - e de seu mercado de trabalho, infra-estrutura, comércio e serviços - e dos municípios onde potencialmente o mercado de trabalho estava em expansão. Do mesmo modo, conforme as pessoas foram se instalando, construindo suas moradias, abrindo ruas, se organizando e pressionando o poder público municipal, o perfil do lugar foi se modificando e a “urbanização” de fato de Itinga começou a acontecer. Tais fatores findaram por contribuir para a gradativa valorização dos lotes. Desse modo, ainda que o loteador não tenha realizado novos investimentos, pôde se apropriar das mudanças do local para aumentar seus lucros ao vender os terrenos que haviam sido “reservados”, o que converge com os estudos de Caldeira (2003) sobre São Paulo.

De todo modo, novas formas e novos processos foram desenvolvidos e em Itinga foi construída uma paisagem nova, uma paisagem que se relacionava ao grupo que lá passou a residir: trabalhadores pobres e pouco qualificados que edificavam suas casas de forma precária nas horas de folga e que encontraram um espaço sem infra-estrutura básica ao qual “tiveram” que se adaptar.

Nesse sentido, a análise da urbanização de Itinga remete à reflexão de Santos (2002): “deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos” (SANTOS, 2002, p. 42). Continuando com as argumentações do autor, entende-se que, assim como em outras partes do país, os deslocamentos de pessoas em direção a Itinga apresentam-se como “[...] verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos. São freqüentemente também migrações ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços essenciais” (SANTOS, 2002, p. 44).

3. A consolidação da periferia próxima

Em 2000, Lauro de Freitas constituía-se num dos poucos municípios da Bahia com mais de 100 mil habitantes. Estava em conurbação com a capital e apresentava intensa urbanização, com diversificada e sofisticada estrutura de comércio e serviços. Com relação a Itinga, consolidou-se como um bairro, o mais denso do município, contando com 36,6% de seus moradores numa área com menos de 7 km². Eminentemente residencial, em 2005 neste bairro existiam 59 loteamentos populares e 14 áreas de ocupação irregular. Existiam também diversos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços, escolas públicas e privadas, clínicas de diferentes especialidades, posto de saúde, hospital público e órgãos da administração municipal. Contava, igualmente, com linhas de transporte coletivo para diferentes partes de Salvador e de Lauro de Freitas. Como dizem os moradores locais, “não é preciso sair do bairro para nada”, Itinga, agora, experimenta o “progresso”.

Contudo, é importante indagar sobre as características desse processo. Teriam as condições de vida dos seus habitantes também experimentado “progresso”?

Andar pelas ruas de Itinga possibilita ver que efetivamente há uma outra estrutura, bastante diferente daquela observada até 1980. Ao invés de “mato” ou de clima de “cidade do interior”, encontra-se intensa movimentação de veículos e pessoas. Seus estabelecimentos comerciais e de serviços fizeram com que adquirisse certa centralidade ao atender as

necessidades tanto dos moradores locais como de outros bairros de Lauro de Freitas e de localidades próximas e contíguas de Salvador. Destaque-se que tais estabelecimentos não se encontram distribuídos por todo o bairro, concentram-se prioritariamente nas margens de suas principais avenidas: a avenida Fortaleza (por onde passam todas as linhas de transporte coletivo do bairro), principalmente nas proximidades do Largo do Caranguejo⁶, o ponto central do bairro, e a avenida São Cristóvão, onde se localiza o Fim de Linha das Kombis⁷, outra referência importante de Itinga.

Considerando a BA-099 como um dos limites de Itinga, o Largo de Caranguejo e o Fim de Linha das Kombis como pontos de referência, procurou-se verificar quem são, o que pensam e como vivem seus moradores. Para isso, realizaram-se entrevistas nos loteamentos Jardim Centenário (TAC de 1976, próxima o largo do Caranguejo), Sayonara (comercializado no começo dos anos 1970, entre o Largo do Caranguejo e o Fim de Linha das Kombis) e Jardim Talismã (TAC de 1972, junto ao Fim de Linha das Kombis).

No que se refere ao perfil dos habitantes, sinteticamente, pode-se dizer que, em tempos de universalização da educação, ainda era significativa a proporção de pessoas residindo nesses loteamentos que só havia estudado até a 4ª série, bem como daquelas que não concluíram o ensino básico (23% e 43%, respectivamente, daqueles que tinham 10 anos e mais). Destaque-se que apenas 0,1% delas possuíam nível superior. Quanto à ocupação, ainda que a maior parte dos moradores esteja em idade potencialmente ativa (74% têm entre 15 e 65 anos), somente 34% trabalham, dos quais 4,4% estudam e trabalham, e 14% estavam desempregados. Boa parte dos moradores dos domicílios selecionados reside a bastante tempo em Itinga (30% tinham mais de 26 anos no atual endereço), e quase metade dos entrevistados (49%) mencionou que o principal motivo para se mudar para lá foi a possibilidade de aquisição da casa própria, o que confirma tanto estudos anteriores realizados no local como as discussões teóricas sobre o assunto.

Com relação às condições de moradia, pode-se avaliá-las a partir de três perspectivas. Numa primeira, consideram-se as entrevistas domiciliares. De acordo com a opinião dos residentes desse bairro, atualmente, a maior vantagem de residir em Itinga é a localização (35%),

ou seja, a proximidade e a acessibilidade a equipamentos, comércio, serviços e mercado de trabalho. Outra grande vantagem associada ao bairro é a qualidade de vida (29% das respostas). Falou-se dos bons ares do local, da possibilidade de morar num terreno amplo (em média com 200m²) e da segurança⁸. A partir de tais respostas, seria possível supor que as questões referentes à falta de condições de bem-estar e à distância de Itinga em relação às áreas centrais estariam superadas. Porém, a questão da localização também foi considerada um dos mais significativos problemas do bairro (18% das respostas): foi mencionada a distância e a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e a serviços e produtos mais qualificados.

De fato, embora 75% dos moradores das áreas em questão exerçam algum tipo de atividade (entendida como trabalho ou estudo) em Lauro de Freitas, poucos foram os que mencionaram trabalhar em Itinga. Por outro lado, a maioria dos que estudavam o faziam no próprio bairro, que conta com uma série de escolas que atendem da educação infantil ao ensino médio. Quanto ao atendimento em saúde, ainda que 35% das pessoas o tenham considerado bom, mencionaram que precisando de serviço médico mais qualificado recorrem a Salvador. Como disse uma moradora “[...] dá pra gente ir se ajeitando, mas a gente passa uma hora na fila pra ser atendida em pequenas coisas [...]” (R., 34 anos). Houve pessoas que mencionaram não confiar na higiene dos estabelecimentos ou na capacidade dos médicos do local, além de nunca ter certeza se encontrarão esse tipo profissional nos postos de saúde.

Quanto ao comércio, tanto para gêneros alimentícios como para roupas, calçados e produtos para casa, de forma geral foi avaliado como bom (56% e 47% das respostas, respectivamente). Entretanto, a maioria considerou os produtos caros. Assim, precisando fazer compras maiores ou adquirir produtos com mais qualidade a um preço mais acessível, é preferível arcar com os custos do deslocamento para o “centro” ou para a “cidade” - como disseram os moradores -, ou seja, para Salvador.

Todavia, os piores problemas de Itinga, na opinião dos entrevistados, relacionavam-se à ausência de serviços adequados e à falta de infra-estrutura urbana, com 27% e 21% das respostas, respectivamente. Sobre o primeiro item, o destaque foi dado à área de

saúde e, remontando-se às colocações acima postas, afirma-se que mesmo havendo uma série de equipamentos públicos e privados, especialmente no setor público, o atendimento era percebido como falho. A falta de infra-estrutura estava associada, sobretudo, à ausência de saneamento básico, de rede de coleta de águas pluviais, ausência ou deficiência na pavimentação das vias de circulação e construção de passeios e limpeza das ruas. Essa resposta foi mais comum no Jardim Talismã, ainda que tenha aparecido nas demais áreas.

A análise desses dados permite, ao menos, duas observações. A primeira se refere à relação entre a quantidade e a qualidade dos equipamentos de comércio e de serviços. Estando nas ruas principais do bairro, a impressão que se tem é de que Itinga “tem tudo”⁹. Essa é a opinião de parte dos seus moradores, mas, mesmo no discurso destes, emerge a necessidade de deslocamentos para outros locais, ainda que seja vez por outra para atender uma demanda específica. Às vezes, nem tão específica assim: embora Itinga concentre a maior porção da população de Lauro de Freitas, não possui nenhum banco, caixa eletrônico ou agência de correios, há apenas uma lotérica. Isso obriga as pessoas a arcarem com custos de transporte para pagar suas contas. Essa situação foi constantemente mencionada.

Outra observação se refere à noção de “centro”. Poucas vezes mencionou-se que as pessoas recorressem a outras localidades de Lauro de Freitas, que atualmente conta com uma série de agências bancárias, estabelecimentos comerciais tanto populares como voltados aos segmentos mais abastados, escolas públicas e particulares, inclusive de nível superior, clínicas de diversas especialidades, entre outros serviços. Além disso, o centro de Lauro de Freitas é próximo e acessível a Itinga¹⁰, diferentemente do centro de Salvador, que, embora acessível, é distante.

Depreende-se que embora territorialmente Itinga pertença a Lauro de Freitas, para seus moradores, Salvador ainda é a referência. Nesse sentido, permanece periferia de Salvador: é por sua lógica e centralidade que os moradores de Itinga se sentem atraídos. Isso pode ser associado ao fato de que na metrópole há uma concentração de sujeitos, objetos, riqueza e poder político e econômico que estão para além do simbólico (mas que

são as condições que, simultaneamente, o consolidam) e que lhe conferem a centralidade. Noutros termos, “quem determina as condições em que as relações se darão está localizado no que ganha status de centro” (ROCHA, 1999, p. 161). Fora dele está o espaço periférico, que de algum modo lhe é subordinado.

Numa segunda perspectiva de análise, para compreender a questão da infra-estrutura pode-se considerar a observação realizada nas três áreas de pesquisa. O Jardim Centenário estava praticamente todo asfaltado (Foto 3), era parcialmente coberto pela rede de esgoto, contava com coleta de lixo diária na porta dos seus domicílios e, eventualmente, suas ruas eram varridas pelo órgão público responsável. Situado junto à área mais central do bairro (o Largo do Caranguejo), conta com a proximidade da maior concentração de estabelecimentos comerciais, clínicas, escolas e a única casa lotérica de Itinga. Igualmente, está próximo do local por onde circulavam todas as linhas de transporte coletivo do bairro.

O loteamento Sayonara, entre o largo do Caranguejo e o Fim de Linha das Kombis, era composto apenas de uma longa e enladeirada rua central, e possuía trechos com características distintas. Num “primeiro trecho”, ainda que sem manutenção adequada, a rua estava pavimentada com paralelepípedos, apresentava calçadas e esgotamento sanitário (construídos por meio de mutirão, com material doado pelo poder público municipal) em parte dos domicílios. No “segundo trecho”, na pavimentação das ruas encontrava-se o que os moradores chamaram de “resto de calçamento” (Foto 4). Em parte dele já não existia ligação com a rede de esgoto e, mesmo onde havia, essa ligação era inadequada, fazendo com que ocorressem entupimentos e o esgoto retornasse para a rua. Para as águas da chuva também não existia um sistema de coleta adequado; quando elas ocorriam de modo mais intenso, nas porções mais baixas dessa rua, que se localizam nesse trecho, havia alagamento. No “terceiro trecho”, mais afastado da avenida principal, as casas de modo geral não eram ligadas à rede de esgoto, a rua era de terra e as calçadas se mostraram ainda mais exíguas, e mais que nas outras partes do Sayonara, existiam terrenos desocupados e recobertos por mato.

Foto 3

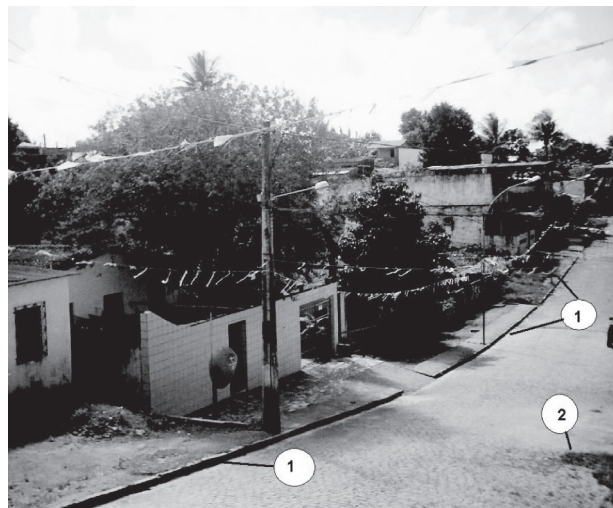
LOTEAMENTO JARDIM CENTENÁRIO



Fonte: A autora, 22/05/2005.

Foto 4

LOTEAMENTO SAYONARA



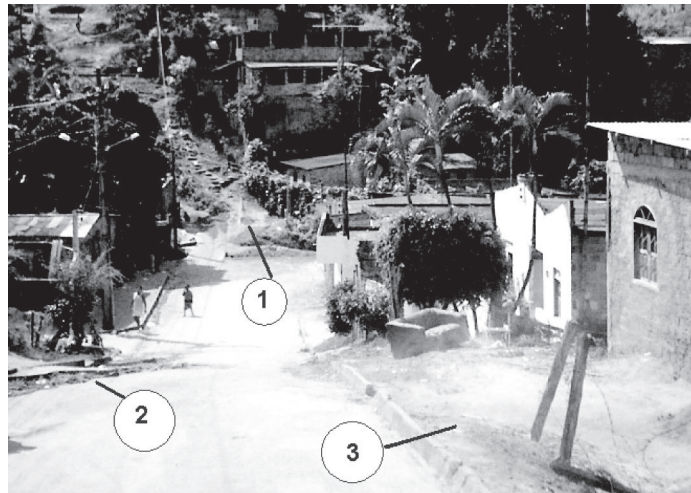
Fonte: A autora, 28/06/2005.

(1) Calçadas irregulares e não pavimentadas; (2) parte da cobertura da rua danificada.

O Jardim Talismã, situado no que se chama de parte final do bairro, conta com asfalto em parte das cinco ruas centrais que o compõem. As demais ruas do bairro não apresentam qualquer tipo de pavimentação e, mais que isso, em alguns trechos o mato tomava conta do que seria uma rua, forçando os moradores, como na época de implantação dos loteamentos, a abrir caminho no mato para chegar nos seus domicílios (Foto 5). Não havia sistema de coleta de água ou rede de esgotamento sanitário, e a coleta de lixo não era realizada em todo o loteamento - os moradores das áreas não pavimentadas deveriam colocar o lixo no chão, ao lado da única escola municipal. Notaram-se riachos, onde boa parte do esgoto era despejada, atravessando algumas ruas e terrenos baldios. Com essa combinação de água poluída e ruas de terra, constantemente o local ficava alagado e, como consequência, vários tipos de doenças, sobretudo de pele, estão disseminadas entre as crianças do Jardim Talismã.

Foto 5

LOTEAMENTO JARDIM TALISMÃ



Fonte: A autora, 20/06/2005.

(1) Trecho da "rua" coberta pelo mato; (2) buracos na parte pavimentada e (3) falta de pavimentação das calçadas.

Partindo dessa perspectiva, nota-se que Itinga, embora seja percebida pelos moradores dessas três áreas como uma unidade, um bairro, apre-

senta condições de moradia distintas, conforme a localização do loteamento. Aquele que está na parte mais central (e mais visível do bairro), e também mais próximo à Estrada do Coco, recebeu e ainda recebe maior atenção por parte do poder público municipal. Quanto ao Sayonara, as melhores condições foram evidenciadas na parte mais próxima da avenida São Cristóvão (que lhe dá acesso) e, quanto mais longe desta, piores eram as características estruturais do loteamento. O Jardim Talismã, mais distante do centro de Itinga, de seus principais serviços e densidade de movimento, possuía a menor infra-estrutura. Foi dentre os loteamentos em foco aquele onde se observou menor intervenção por parte do poder público ao longo de sua história, condição que ainda perdura. Pode-se falar que mesmo dentro de Itinga, há uma seletividade na distribuição da infra-estrutura e dos serviços públicos por parte do Estado, o que contribui para a existência de desigualdades mesmo dentro da área segregada.

Em uma terceira perspectiva, pode-se comparar as condições de Itinga com a de dois outros bairros de Lauro de Freitas, ambos situados na porção litorânea do município, um surgido como um loteamento e outro de um processo de ocupações irregulares. O primeiro é o Vilas do Atlântico e o segundo é o Araqui¹¹.

O loteamento Vilas do Atlântico foi inaugurado em 1975, com mais de 2,8 mil m², sendo um empreendimento levado a cabo por uma grande imobiliária, destinado a atender a alta classe média, principalmente, aos funcionários mais graduados do COPEC. Seu TAC, datado da mesma época dos loteamentos de Itinga, era extremamente detalhado, definindo as áreas para uso residencial uni e pluridomiciliar, comercial e de lazer. Instalado em um local sem qualquer infra-estrutura - assim como ocorreu em Itinga -, não contando com a possibilidade de o Estado resolver esse problema e como se destinava a uma clientela com algum nível de exigência, coube ao agente imobiliário pavimentar as ruas, bem como providenciar, para os primeiros moradores, água tratada, energia elétrica, transporte gratuito até o aeroporto e favorecer a instalação de uma escola particular¹². Note-se que Vilas surgiu sob o *slogan* de ser uma “comunidade planejada”, apresentando um “novo tempo” e uma nova forma de viver. Na verdade, esse loteamento reproduzia experiências imobiliárias que vinham ocorrendo em outras partes do país, de uma nova espacialização das

camadas de maior renda: estava em cena um modelo de auto-segregação das elites. Sob o signo da “qualidade de vida”, grupos integrantes da classe média optaram por morar mais afastados das áreas centrais¹³.

Atualmente consolidado como bairro residencial, em Vilas do Atlântico residem pessoas de classe média e classe média alta, sendo o único bairro de Lauro de Freitas que possui plano de uso do solo (aprovado em 1998). Em 2005, contava com uma série de estabelecimentos comerciais e de serviços, dos mais simples aos mais sofisticados, destinados a atender à demanda de seus moradores. Havia várias escolas e clínicas médicas, todas particulares, além de inúmeros serviços oferecidos por profissionais liberais de nível superior. Acrescente-se que havia uma agência bancária, caixas eletrônicas de quatro bancos e uma lotérica. Todas as ruas eram asfaltadas; a coleta de lixo e a limpeza das mesmas eram realizadas diariamente. Existiam linhas de transporte coletivo para o centro de Salvador e para Itinga.

O Araqui é uma área de ocupação bastante antiga, parcialmente decorrente de dois ciclos de ocupações irregulares: o primeiro ocorrido no final dos anos 1960, numa grande área abandonada com total conhecimento e em acordo com a prefeitura municipal; o segundo nos anos 1980, se fez numa pequena área que pertencia ao governo estadual. Nas últimas décadas, vem observando gradativa mudança por conta da venda de alguns lotes a pessoas de maior renda. Em decorrência, coexistiam moradias bastante rudimentares, com tijolos aparentes e telhas de amianto, com casas de pessoas mais abastadas, com seus muros altos, porteiro eletrônico e piscina. Assim, no Araqui, diferentemente do que se observava em Itinga e em Vilas do Atlântico, era possível ver domicílios de pessoas de diferentes segmentos sociais, ora lado a lado, ora um frente ao outro.

Em 2005, existia no Araqui um pequeno comércio popular, alguns bares, uma escola pública de ensino fundamental e duas escolas privadas que atendiam ao ensino infantil e básico. Há uma empresa de mudanças, uma oficina mecânica e uma fábrica de polpa de frutas. Composto basicamente por duas ruas e uma travessa, no Araqui as vias estão pavimentadas, a coleta de lixo é diária, e a limpeza das ruas é regular, embora não seja diária. Em torno de sua área central, o Largo de Arcanja (situado nas imediações de um dos acessos a Vilas), circulam várias linhas de transporte coletivo para Salvador e para outras partes de Lauro de Freitas.

É necessário mencionar que, como destacaram os entrevistados, as melhorias do bairro estão associadas ao crescimento de Vilas do Atlântico e à chegada de pessoas da classe média. De acordo com moradores mais antigos, “na banda de lá já é de barão, já comprou de gente pobre” (M., 63 anos), “isso aqui começou a mudar quando [o prefeito] botou asfalto e luz, quando começaram os loteamentos começou a desenvolver o bairro (sic)” (R., 65 anos); de fato, a pavimentação só veio no final dos anos 1990 e a coleta de lixo diária, por volta de 2004.

A comparação das condições gerais dos três loteamentos de Itinga com Vilas do Atlântico e com o Araqui revela algumas peculiaridades interessantes. Inicialmente, destaca-se que se no processo de ocupação de Itinga as condições de vida eram, de forma geral, bastante semelhantes, com o tempo, a maior ou menor intervenção do Estado numa ou noutra área fez com que se consolidassem diferenças, mas o poder público sempre se fez presente. Comparando-se ao Araqui, por exemplo, nota-se que as intervenções públicas só se fizeram quando o perfil socioeconômico dos moradores começou a ser alterado - o que não aconteceu em Itinga, que nasceu e permaneceu como um lugar para pobres. Ocorre que o Araqui conta com a “grande vantagem” de estar bastante próximo de Vilas, o que atraiu pessoas de outros segmentos sociais para morar numa área onde predominavam pessoas muito pobres.

Comparar os loteamentos Jardim Centenário, Sayonara e Jardim Talismã a Vilas do Atlântico pode parecer uma tarefa desnecessária já que as diferenças eram evidentes. Desde o início, Vilas foi ocupado por pessoas dos segmentos sociais mais abastados da RMS e sempre contou com as melhores condições estruturais dentre os bairros de Lauro de Freitas. No entanto, a importância de comparar áreas cujas condições de moradia e dos moradores contam com histórias e características tão distintas está no fato de que ao adquirir “vida própria”, independente das intervenções da imobiliária, em Vilas conseguiu-se manter e mesmo melhorar as condições de vida dos seus moradores. Ou seja, atualmente, compete à prefeitura, e ela o faz exemplarmente se comparado às suas intervenções em Itinga e no Araqui, manter as ruas e os terrenos baldios limpos, coletar o lixo, consertar falhas no asfalto, etc. Em outros termos, o Estado priorizou a área já com a melhor infra-estrutura e onde vivem pessoas dos segmentos

sociais mais abastados, perpetuando e acentuando as desigualdades espaciais.

Dito de outro modo, Itinga, além de permanecer periferia de Salvador, distante do centro e arcando com as desvantagens disso, se consolidou como periferia de Lauro de Freitas, mantendo-se como local de residência de pessoas de baixa renda - que se constituem num estoque de força de trabalho para os moradores de Vilas - e recebendo, relativamente às suas necessidades estruturais, pouca atenção por parte do Estado, em especial da prefeitura desse município. Adensou-se por um processo de segregação e permanece, com outras características, como área segregada.

4. Uma breve conclusão: ser e morar na periferia

Sendo o espaço uma instância condicionada e condicionante da sociedade, sua estruturação não se dá ao acaso, mas em conformidade com os processos sociais mais amplos aos quais finda por influenciar. Como dito por Souza (2003), “[...] a organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subseqüentes” (SOUZA, 2003, p. 99). Muito mais do que condição material, o espaço inscreve e revela em sua paisagem as lógicas dominantes num determinado contexto, as relações de poder, os valores e símbolos culturais, objetos concretos ou imaginários que servem como referência para as relações sociais e sua dinâmica. No que se refere aos locais de moradia, as diferenças sociais e as desigualdades inerentes do capitalismo se expressam em sua “qualidade”: a acessibilidade, a infra-estrutura, os padrões de construção, o tipo e a organização dos estabelecimentos comerciais e de serviços traduzem a ideologia de uma época e suas relações de dominação e, ao mesmo tempo, informam sobre o grupo social que ali reside e sua posição na hierarquia social.

Residir na periferia, além de todos os problemas concretos que tal situação conduz, implica também a possibilidade de ficar à margem das principais dinâmicas sociais. Como referido por Santos (2002), o valor do homem, sua importância social, se associa, dentre outros aspectos, ao valor que a sociedade atribui a sua localização e às possibilidades a ela relacionadas, em termos de acesso a bens e serviços públicos e privados. Em outros termos,

[...] a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 2002, p. 81).

Assim, ao saírem da capital para a periferia distante e precária, aqueles que primeiro chegaram a Itinga, seguindo o desejo de adquirir a casa própria, não fizeram mais do que seguir as regras do jogo definidas pelos interesses dos grupos dominantes, sobretudo os que representavam os interesses do mercado imobiliário e do Estado. Sendo segregados e segregando-se do centro metropolitano, os pobres ocuparam seu espaço nos mais diversos sentidos que essa expressão possa ter.

É claro que essas pessoas não eram meros objetos e atuaram seja efetivamente melhorando a estrutura do local onde residem, seja pressionando e mesmo se articulando junto ao poder público. A construção das casas, das calçadas, o mutirão para instalar a rede de esgoto, os protestos e abaixo-assinados, por exemplo, que findaram por se refletir na alteração de sua condição de vida, na valorização do seu lugar e na melhoria do seu “*status* residencial” (CALDEIRA, 2003), resultaram também numa identidade com o lugar, um sentimento de pertencimento e de responsabilidade para com seu bairro. Todavia, os anos passaram e Itinga permaneceu como um bairro para pessoas de baixa renda. Nem o mercado nem o Estado empreenderam ações que efetivamente objetivassem alterar o perfil do bairro mudando sua relação funcional com a totalidade do município. Obviamente, melhorias estruturais foram efetuadas pelo Estado, até porque elas se fizeram necessárias para a consolidação desse espaço da forma como é, mas não na medida suficiente ou com uma distribuição espacial adequada - lembre-se, por exemplo, de certas áreas do Sayonara e do Jardim Talismã. Itinga, pode-se afirmar, foi mantida como periferia. Verifica-se, portanto, que

[...] a qualidade dos espaços residenciais não é o resultado natural e imutável da distância em relação ao centro ou da evolução histórica da cidade, mas é também efeito das políticas públicas, que podem transformar esta qualidade através da criação de infra-estruturas de equipamentos e serviços (PRETÉCILLE, 2003, p. 38).

Nesse ponto, é importante destacar que o fato de Lauro de Freitas ter áreas residenciais de elite, provendo a maior proximidade em relação a equipamentos, serviços e maior acesso aos mesmos, não alterou substancialmente as condições de vida dos habitantes de sua periferia de modo que eles pudessem participar efetivamente do “progresso” do município, que nas últimas décadas registrou significativo crescimento econômico e social. Em verdade, pode-se dizer que esses processos deixaram mais evidentes as relações entre a estrutura social e a estrutura espacial do município e da própria RMS. No estudo do bairro em foco, emergiram com clareza as articulações entre a desigualdade social e a desigualdade espacial, onde aqueles que pertencem às classe de baixa renda moram em locais onde as condições de vida são mais precárias do que as existentes nas áreas onde residem pessoas dos segmentos mais abastados. É nesse sentido que se concorda com a proposição de Santos (2002) de que para entender as desigualdades sociais é necessário considerar sua base territorial; do mesmo modo, a busca de equidade social passa pela equidade territorial. Em outros termos, “[...] igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com o mínimo de dignidade que se impõe” (SANTOS, 2002, p. 116).

Ao comparar as características das diferentes áreas, em última instância o que se compara são as pessoas que ocupam tais áreas. Morar na periferia é arcar com a distância das áreas centrais, perceber as dificuldades decorrentes de uma estrutura mais precária, mas é, do mesmo modo, estar sujeito ao estigma de ser pobre. Se os indivíduos, com suas diferentes características socioeconômicas, podem valorizar de modo distinto os lugares em que residem e, via de regra, as classes de maior renda e escolaridade criam e ocupam espaços com maior infra-estrutura e uma estética mais próxima aos ditames da moda, igualmente é verdadeiro que o lugar é um atributo que dota os homens de determinado valor social. Ser morador de Vilas do Atlântico efetivamente proporciona ao indivíduo importância social mais elevada por ser um bairro associado à elite. Aquele que o menciona como endereço, de modo geral, é considerado integrante desse grupo e tratado com toda a “deferência” que disso decorre. Esse endereço remete à qualidade e às acessibilidades do bairro, ao que ele representa e ao valor simbólico que pode agregar ao indivíduo.

Dizer-se morador de Itinga, igualmente, pode remeter às características do bairro: à reduzida infra-estrutura, à intensa aglomeração, aos problemas referentes à criminalidade, à violência e à pobreza. Nas entrevistas realizadas em Itinga, esse foi um problema mencionado principalmente por aqueles que estão em busca de emprego. Do mesmo modo, quando se realizou pesquisa em outras partes de Lauro de Freitas, como em Vilas e no Araqui, poucos mencionaram conhecer Itinga ou terem relações pessoais com seus moradores, mas muitos disseram que, embora o bairro esteja bem melhor do que há anos atrás, ainda havia a idéia de que lá residiam pessoas pobres e que, em algumas áreas, existiam problemas relacionados ao tráfico de drogas. Ser morador de Itinga, portanto, ainda significa poder estar sujeito a esses estigmas.

O lugar, inicialmente distante e desprovido de qualquer característica urbana, se tornou, em trinta anos, uma área densa em termos de população e de atividades. Contudo, manteve-se como área de moradia de pessoas de baixa renda, permaneceu como periferia de Salvador, mas passou a ser também periferia de Lauro de Freitas. Se houve melhoria nas condições de vidas daqueles que lá residem, quando se comparam tais condições às existentes em outras partes do município, o que salta aos olhos é que em algo não houve mudanças: os moradores de Itinga, na disputa pelas melhores localizações e pelas vantagens a ela associadas, continuam sendo vencidos... Mas, quem sabe, o jogo ainda não acabou?

Notas

¹ Como a realidade é contraditória e complexa, fala-se de “brechas” para assinalar os casos de ocupações irregulares em áreas próximas ou em bairros ditos nobres, o que, de forma geral, é visto como algo que macula a beleza da paisagem formada por casas e prédios de alto luxo. Contudo, a proximidade espacial entre ricos e pobres fornece aos primeiros um “estoque” de trabalhadores pouco qualificados à sua disposição, o que possibilita àqueles ter menor custo no caso de empregá-los.

² Essas vias de circulação foram implantadas na década dos 70. A avenida Paralela (oficialmente avenida Luís Viana Filho) permite a ligação do eixo Iguatemi-Rodoviária ao Aeroporto e é onde se situa, dentre outros, o Centro Administrativo do Estado. A BA-099 segue do aeroporto e passa pela porção litorânea de Camaçari, onde há vias de acesso ao COPEC. A BA-326 segue do aeroporto em direção ao CIA, dando acesso a Simões Filho e à BR-101.

³ Aplicaram-se 55 questionários em áreas selecionadas de Itinga a partir dos principais pontos de referência do bairro. Estes foram definidos por meio de entrevistas preliminares realizadas com funcionários da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, comerciantes e lideranças de Itinga. Os questionários foram aplicados entre fevereiro e junho de 2005.

permitindo obter informações sobre 241 pessoas. Esses dados foram levantados para a realização de dissertação de mestrado da autora (DIAS, 2006).

⁴ Ainda que nesse valor estejam contabilizados loteamentos regulares e clandestinos, estima-se que esse número seja maior em função de áreas que foram re-loteadas clandestinamente e daqueles para os quais não se encontrou nenhuma informação. Para maior detalhamento ver Dias (2006).

⁵ Os documentos existentes indicam diferentes tipos de acordos firmados entre os proprietários dos terrenos e uma pessoa física ou jurídica que se responsabilizava em arcar com o ônus da divulgação e da documentação e com a venda dos lotes, repassando aos primeiros um percentual do lucro.

⁶ Trata-se de uma praça cimentada onde se encontram bares, barbeiros, lanchonetes e acontecem eventos públicos, mencionada com frequência quando se conversa com os moradores locais. Em torno e nas proximidades desse Largo está a maior concentração de estabelecimentos comerciais, de educação e de saúde do bairro, inclusive um hospital municipal e um centro de saúde voltado especificamente ao atendimento de mulheres.

⁷ Desde os primeiros anos de implantação dos loteamentos de Itinga esse local era o ponto final das linhas de transporte alternativo (que era realizado apenas por Kombis), o que lhe deu nome. Atualmente pode ser descrito como um pequeno largo, para onde confluem várias ruas e de onde partem a maioria das linhas de transporte alternativo. Em suas proximidades há estabelecimentos comerciais e equipamentos públicos, como o 27º Complexo Policial e um grande colégio municipal.

⁸ É fundamental mencionar que em Itinga a questão da violência se tornou bastante séria; constantemente se ouvia na mídia ou no relato dos moradores notícias de assaltos violentos e de assassinatos em muito associados ao tráfico de drogas. Em algumas ruas, para o morador entrar ou sair de seu domicílio, tinha que pagar um “pedágio” aos traficantes, como se ouviu na pesquisa. A partir do final dos anos 1990, com a implantação do 27º Complexo Policial, a ação ostensiva da polícia - e, para alguns dos entrevistados, violenta - fez com que os problemas acima referidos fossem minimizados. Assim, ainda que haja assaltos e homicídios com relativa frequência no bairro, a diminuição desses índices é considerada uma vitória pelos antigos moradores e tal fato foi mencionado com frequência pelos entrevistados.

⁹ Observe-se que “esta população segregada termina construindo novas centralidades em função da necessidade da vida social que demanda um centro; ela termina por construir funções lúdicas e simbólicas de um espaço onde se privilegia o desejo e por isso este espaço ganha qualidades que esta população traz consigo” (ROCHA, 1999, p. 162).

¹⁰ E nem poderia ser muito diferente, já que Lauro de Freitas é um município com dimensões bastante reduzidas, contando com pouco mais que 60 km².

¹¹ Nessas áreas também foram realizadas observações e entrevistas domiciliares, sendo que em Vilas do Atlântico realizaram-se entrevistas em 16 domicílios, com informações de 66 pessoas e no Araqui foram visitados 18 domicílios, onde se obteve informações de 92 pessoas (DIAS, 2006).

¹² No trabalho de Dias (2006) há uma série de informações sobre a lógica que presidiu a instalação desse e de outros loteamentos do gênero em Lauro de Freitas, além de dados mais detalhados sobre a implantação e o desenvolvimento de Vilas do Atlântico.

¹³ Há uma série de estudos que discutem o processo de auto-segregação, dentre eles os trabalhos de Souza (2003), Caldeira (2003) e Villaça (2001), referenciado nesse texto.

Referências Bibliográficas

BRITO, Cristóvão. A estruturação do mercado da terra urbana e habitação em Salvador – Ba a partir de 1970. **Geo Textos**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 51-80, 2005.

CALDEIRA, Tereza. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2003.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. **Itinga, Capelão e Areia Branca: diagnóstico, sumário e definições preliminares de plano de trabalho**. Salvador: CONDER, 1981.

DIAS, Patrícia Chame. **A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): estudo das características e implicações do processo**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS. **O mercado imobiliário para população de baixa renda em Salvador: o loteamento popular**. Salvador: CPE, 1980.

PRÉTECEILLE, Edmond. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. **Caderno CRH**, Salvador, n. 38, p. 27-48, jan./jun. 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 6. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

_____. Alguns problemas do crescimento da cidade do Salvador. **Boletim baiano de geografia**. Salvador, v. 2, n. 5/6, p.20-35, jun./set., 1961.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROCHA, Alexandre Souza da. Espaço e política na centralidade da periferia. In: DAMIANI, Ana Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 160-164.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.